



## 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH COREAÚ

**Local:** Auditório da Receita Federal

**Data:** 14 de maio de 2008

**Município:** Sobral

### **PROGRAMAÇÃO:**

**Dia 14/05/08**

08:00 hs – Coffe-break

08:15 hs – Abertura

08:30 hs – Processo de eleição dos novos membros do CBH Coreau, para substituir aqueles que perderam a vaga durante as discussões da 6ª Reunião Ordinária do dia 26/03/08, em Sobral, dos segmentos Poder Público Municipal (câmara) e Usuários.

09:30 hs – Eleição da Nova Diretoria

10: 30 hs – Discussão sobre o “Pacto das Águas”;

12:30 hs – Almoço

14:00 hs – Processo de Formação das Comissões Gestoras

- Escolha do reservatório que será trabalhado;
- Discussão e aprovação da Resolução que estabelece critérios de formação e participação nas comissões gestoras dos recursos hídricos;
- Apresentação da metodologia de formação das comissões gestoras.

17:00 hs – Encerramento

### **Discussões:**

Bartolomeu Almeida (COGERH-Sobral) – abriu a reunião, falando que a motivação da mesma é a realização da eleição da nova diretoria do CBH-Coreau e a substituição de membros faltosos por novos membros. Informa que a diretoria será eleita hoje, mas que tomará posse na próxima reunião ordinária do CBH-Coreau, que acontecerá no mês de junho. Bartolomeu explicou que os membros que serão substituídos, sofrerão esse ato em virtude de sua ausência nas reuniões do colegiado e por falta de justificativa destas.

Luís Carlos (Câmara de Frecheirinha) – pede à plenária que se faça 1 minuto de silêncio, em homenagem ao representante da Câmara de Bela Cruz e membro do colegiado, Sr. José Everardo de Araújo, que faleceu. Em seguida, pediu desculpas pelo atraso do Presidente do CBH-Coreau, Sr. Benedito Lourenço e seguiu com a discussão referente à eleição da diretoria, ressaltando de que foram obedecidos todos os prazos estabelecidos em regimento.

Bartolomeu Almeida (COGERH) apresentou as instituições candidatas ao preenchimento das vagas dos membros faltosos.

Daniel Moreira (SRH) – disse que a ausência de representantes municipais deverá diminuir, pois tem lutado junto ao CONERH, para que os Comitês do estado tenham assento dentro deste conselho, com direito a voz. Diz que apesar dos Comitês não terem direito a voto, já é um espaço que vem fortalecê-los e dar maior visibilidade, chamado a atenção dos gestores municipais, principalmente.

Benedito Lourenço (Fundação CIS) – pede desculpas pelo atraso e tece alguns comentários acerca da eleição da nova diretoria, destacando a importância desta dirigir o CBH por dois anos. E dá alguns informes acerca da sua participação no Encontro Nacional do Colegiado Coordenador. Diz ter estado na da última quinta-feira, até sábado, em Florianópolis participando desse encontro que visa organizar o Fórum, que ocorre anualmente, com a participação de todos os Estados que fazem a gestão das águas. Diz a plenária que o fórum ocorrerá de 10 à 14 de novembro, no Rio de Janeiro. Havia antes uma concorrência com Recife, que por fim acabou apresentando a proposta de um outro evento na cidade, para compensar a não realização do fórum em Pernambuco. A proposta é a organização de um Encontro Regional dos Comitês de Bacia do Semi-árido, que está agendado previamente para setembro deste ano. Para pensar a organização desse evento, haverá uma reunião no dia 30 de maio, em Fortaleza, na COGERH, na qual foi convidado a participar, por ser membro do Colegiado Coordenador do Fórum, por estar no semi-árido e ter uma participação nessa área.

Quanto aos demais encontros do Colegiado Coordenador avisa que acontecerão ainda dois encontros, um no Rio de Janeiro e outro em Recife. E solicita que se retire cópia, para todos os membros, de uma cartilha que trouxe de Santa Catarina, com informações sobre a gestão das águas estabelecida no Estado e alguns conceitos importantes a serem discutidos. Por fim, apresentou um CD com os anais do Encontro Nacional dos Comitês de Bacia ocorrido no ano passado, em Foz do Iguaçu.

Destacou a realização da Semana de Meio Ambiente, a ser realizada pela Fundação CIS, em parceria com o CBH e outras instituições, em 04 municípios da Bacia (Coreaú, Frecheirinha, Ubajara e Alcântaras). E enfatiza o evento do dia 06, em Coreaú, que será o Seminário sobre o uso de agrotóxicos, o qual se dará como uma capacitação do Comitê.

Deu ciência quanto a realização do Seminário: “Alternativas agroecológicas para o Semi-árido e Serras Úmidas”, através da Fundação CIS. O evento ocorrerá em Coreaú, na Escola Estadual Flora Teles, no dia 22 de maio, e envolverá os municípios diretamente envolvidos no Projeto Corredores, no entanto, se caracterizando por uma discussão aberta, inclusive com a participação de instituições que discutem sobre meio ambiente e recursos hídricos. Serão trabalhados 5 painéis no encontro com diferentes alternativas agroecológicas.

Discorre quanto a ausência do Sr. Everardo Araújo, representante da Câmara Municipal de Bela Cruz, dentro do grupo, em virtude de seu falecimento, agradecendo a contribuição do mesmo para o colegiado e de sua participação. Fala da saída de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente e da representação de sua saída para as instituições que estão engajadas na questão ambiental. Discorre sobre o seu compromisso e que permaneceu no governo até não resistir as pressões, onde o governo abria concessões em atendimento ao poderio econômico.

Miguel Pereira - (Associação dos Usuários do Angicos) – informa ter participado, nos dias 05 a 07 de maio, de um encontro voltado aos produtores rurais e que representará a associação no Encontro nacional, que ocorrerá em Petrolina. O evento visa discutir

questões sobre a agricultura sustentável. E sugeriu ao Benedito Lourenço o convite ao Sr. Inácio Parente da FAEC para participar da discussão sobre o uso de agrotóxicos.

Moésio Mota (Câmara de Vereadores de Uruoca) – sugere o nome da Dra. Raquel Rigoto, da UFC, a qual é considerada uma das melhores do Brasil no que se refere aos agrotóxicos, para participar do Seminário.

Benedito Lourenço (Fundação CIS) – Solicita que a COGERH faça o contato com a Dra. Raquel e faça o convite para que ela discorra sobre as conseqüências do uso dos agrotóxicos para a saúde humana.

Aglailma (SISAR) – Fala ser necessário que haja o contraditório durante o seminário, devendo ser convidadas outras instituições que defendam a viabilidade do uso dos agrotóxicos.

Benedito Lourenço (Fundação CIS) – afirma que isso já foi pensado e que será contemplado durante o evento. E afirma que a participação aberta possibilita que sejam trazidas quaisquer contribuições para a discussão.

José Mário (Câmara de Vereadores de Uruoca) – pede que o evento traga representantes da área da saúde, o que Benedito confirma já estar contemplado.

Benedito Lourenço (Fundação CIS) – Pede que se inicie a discussão de eleição de novos membros. Pede que os candidatos as vagas existentes defendam o interesse em participar do CBH, expondo seus objetivos.

Sr. Ribamar (Colônia de Pescadores) questiona o porquê do esvaziamento do colegiado e diz que se isso ocorre é porque o processo não está se dando de forma adequada, pra que as instituições se afastem.

Aglailma (SISAR) – responde dizendo que tudo é uma questão de interesse e das condições de participação de cada instituição, e do peso que a sua participação representa.

Luís Carlos (Câmara de Vereadores de Frecheirinha) – deixa claro que a vaga não é do indivíduo, mas da instituição. Ela é quem deve estar interessada na participação, para a defesa de seus interesses.

Bartolomeu Almeida (COGERH) – diz que o CBH-Coreaú é recente, tendo apenas 2 anos de existência, e que o trabalho de construção da participação é lento. E ainda que a participação nesse período de funcionamento do colegiado houve uma freqüência, o que indica que o interesse vem crescendo. E ressalta que estão estudando a possibilidade de custearem o deslocamento dos membros para a reunião, o que minimizará as ausências, pela falta de condições das instituições.

Benedito Lourenço (Fundação CIS) – diz que é preciso corrigir a fala do Sr. Ribamar, pois o problema não é do Comitê em específico, mas da região, que não tem interesse em participar. É uma questão superior. Discorre quanto as mobilizações e encontros realizados para se chegar aos eleitos para o plenário do CBH. E citou algumas instituições que apenas participarem do início e depois não mais se fizeram presentes.

Diz que em algum momento perderam o interesse e as pessoas deixaram de participar, o que revela o grau de compromisso em participar. E afirma: "Participação não se dá, se conquista". Em seguida, comenta a ausência de algumas instituições que são membros natos, como o DNOCS, o IBAMA e a SEMACE, em alguns momentos, e que, por exemplo, seria algo que não se pode questionar.

Pinto (FAEC) – discorre acerca de um programa fomentado pela FAEC, chamado AGRINO, de controle do uso dos agrotóxicos, surgido no Paraná, mas adaptado a realidade local. Segundo ele, o projeto já começou a ser implantado na Serra da Ibiapaba, em virtude do uso acentuado de agrotóxicos e que tentou-se iniciar a implantação na região da bacia do Coreaú, mas não houve apoio.

Francisco Félix (Assoc. Martinópole) – fala do transporte como um problema para a participação dos membros que não tem recurso, e pede que seja levado à COGERH/SRH essa questão.

Benedito Lourenço (Fundação CIS) - se contrapõe a palavra do Sr. Francisco Félix, dizendo que cada instituição tem que garantir a participação de seu representante, custeando isso.

Kleber (Câmara de Vereadores de Camocim) – diz que não sabia que concorreria uma vaga no CBH, mas que tinha interesse, em virtude de sua preocupação com os recursos hídricos, com o meio ambiente e, particularmente, com o seu município. Diz que considera as questões travadas no colegiado de grande importância para a melhoria da qualidade de vida daqueles que estão na bacia do Coreaú. E afirma, que como representante do povo, sabendo dos potenciais e problemáticas da região, deseja participar das discussões.

Adriano Meireles (Câmara de vereadores de Chaval) e Antônio Anastácio (Câmara de Tianguá) – abrem mão de suas candidaturas em apoio a da Câmara de Camocim.

Com o apoio a candidatura da Câmara de Camocim, pelos dois outros candidatos, a instituição (Câmara de Vereadores de Camocim) ocupou a vaga que existia em aberto para o Poder Público Municipal, que antes pertencia à Câmara Municipal de Granja.

Em seguida, foram feitas as apresentações e considerações por parte dos representantes dos usuários presentes na reunião, que concorreram as vagas de deixadas pelas seguintes instituições:

<b>INSTITUIÇÃO (Perdeu a vaga)</b>	<b>MEMBRO</b>	<b>SETOR</b>
Associação dos Moradores de Feijão Bravo	Raimundo Cledson de Araújo Mariano e Francisco Alequisandro Araújo Rocha	Usuário
Associação Comunitária dos Moradores de Lagoa dos Monteiros	Francisco José Sousa Sobrinho e Sebastião Eugênio de Sousa	Usuário

Associação Comunitária Leocádio Alves	Odeíde Oliveira Fontele e Martinho Carneiro de Sousa	Usuário
---	---	---------

As instituições concorrentes foram:

Ass. Comunitária Força Unida do Panacuí	José Alcírio Silva Fonseca Antônio Vasconcelos Pinto
Associação São Pedro do Batatão	Sebastião de Paula Pereira Gerardo da Costa Sousa
Associação dos Pescadores de Granja	José Ribamar Pereira Vasconcelos Antônio Carlos de Brito
ISCA – Inst. Sócio Comunitário da Agrovila	Francisco Antônio Soares Maria Rodrigues de Sousa
FAEC – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará	Inácio de Carvalho Parente José Pinto de Albuquerque
SISAR	Aglailma Freire Campelo Francisco Adalto Alves

Foi feita votação e as instituições que preencheram as 03 vagas de usuários em aberto foram: SISAR (15 votos), FAEC (15 votos) e Associação Comunitária Força Unida do Panacuí (8 votos), contra ISCA (0 votos), Associação dos Pescadores de Granja (6 votos) e Associação São Pedro do Batatão (1 voto).

Benedito Lourenço – (Fundação CIS) – deu posse aos novos membros, pedindo empenho no trabalho, com efetiva participação e compromisso. Agradeceu aos demais candidatos e disse que o CBH está aberto a participação das demais instituições.

Em seguida, foi feita a constituída a mesa da Comissão eleitoral, composta por: Presidente (Sr. Fco. Jáder – EMATERCE), Afrânio ou Florêncio (Vice – presidente), Secretário (Miguel Gonçalo), Sub-secretário (Maria Menezes).

Fco. Jáder (EMATERCE) - leu todo o regimento eleitoral do CBH-Coreaú, o qual foi aprovado pelos presentes. Em seguida iniciou-se o processo de eleição, apresentando a chapa única inscrita para concorrer à diretoria, denominada “Água, um bem para todos” e formada por:

**Presidente: Benedito Fco. Moreira Lourenço - Fundação CIS**

**Vice- Presidente: Fco. Sérgio Carneiro Fontenele - Pref. Mun. de Viçosa do Ceará**

**Secretário Geral: Fco. Genaro dos Santos - SITIGRAN**

**Segundo Secretário: Luís Carlos Fernandes Silva – Câmara Mun. de Frecheirinha.**

Fco. Jáder (EMATERCE) - propôs a votação por aclamação, já que seria chapa única, o que foi aceito por unanimidade pela plenária.

A chapa única “Água, um bem para todos” foi eleita por aclamação.

Benedito Lourenço (Fundação CIS) – presidente reeleito, falou do seu compromisso, agradeceu o apoio e a confiança do grupo e enfatiza que buscará, nos dois anos de diretoria, realizar cobranças de ações, bem como um trabalho de parcerias. Fala que estar no Comitê é um processo participativo, de democratização, e que, portanto depende da validação por parte de cada um. Convida para que todos se integrem ao Comitê, fazendo-se presentes nas reuniões de alocação, nas audiências, encontro dos articuladores, eventos, seminários, que só vêm engrandecer a bacia e trazer informações. Diz que a posse acontecerá em Coreaú, durante uma reunião ordinária do CBH, no dia 25 de junho.

Sérgio Fontenele (Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará) – como vice-presidente reeleito, agradeceu o apoio e teceu comentários acerca da harmonia do trabalho da atual diretoria que sempre foi um diferencial, inclusive em sua boa comunicação com a equipe da COGERH. Diz que além da vontade de participar, o trabalho e compromisso de Benedito Lourenço lhe impulsionam a continuar participando. E acolhe os novos membros eleitos.

Francisco Genaro (SITIGRAN) – fala que é uma pessoa polêmica e que teve de se manter firme para conseguir assento dentro do Comitê, pois luta pelos seus ideais e pede que aqueles que não conseguiram a vaga nesta eleição para novos membros, que continuem contribuindo.

Luís Carlos (Câmara Municipal de Frecheirinha) – fala do convite em compor a chapa que concorreu a reeleição e ressalta as dificuldades existentes, mas afirma ser necessário não desanimar. Coloca que os problemas vêm em virtude do preconceito contra aqueles que levantam a bandeira do meio ambiente, bem como da falta de esclarecimento e de apoio. Agradece o apoio da Câmara Municipal de Frecheirinha, que acredita em sua participação e na necessidade de continuar trabalhando, Elogiou a atuação da atual diretoria, e enfocou que todas as instituições precisam estar articuladas junto a ele, para que os interesses comuns sejam atingidos.

José Farias – Sr. Santinho (AUDS) – agradece o empenho da atual diretoria em continuar o trabalho que iniciou, incentivando e fomentando o discussão dos recursos hídricos na bacia do Coreaú.

Aglailma (SISAR) – solicitou o calendário das reuniões do CBH-Coreaú no ano de 2008, já agendadas. E o envio dos contatos de todos os membros (endereço, e-mail e telefone).

Após o processo de eleição, Benedito Lourenço, iniciou uma apresentação sobre o Pacto das Águas. Informou aos presentes que essa é uma discussão iniciada pelo Grupo de Altos Estudo da Assembléia Legislativa. O resultado desse projeto visa a construção de uma visão estratégica, integrada e sustentável social, política e ambientalmente dos recursos hídricos do estado do Ceará, através de grandes consensos com a sociedade, tornando mais fácil trabalhar a política dos recursos hídricos com a sociedade.

Estão trabalhando 6 (seis) grandes núcleos são eles: Universidades, órgãos federais e estaduais, sociedade civil, conselho estadual e comitê. A idéia é criar um consenso dos

movimentos sociais e dos gestores quanto à gestão participativa da água da água no Estado do Ceará. E cada CBH deverá apresentar um diagnóstico aprovado pela plenária do CBH para uma discussão geral em um encontro estadual, onde a partir deste encontro sairá um documento consensual, um plano estratégico final.

Sendo assim, Benedito Lourenço apresenta o resultado de uma discussão inicial na Bacia do Coreaú, num encontro, no dia 30 de abril, em Camocim. Esse documento foi melhorado e aprovado nesta reunião, na forma que segue abaixo:



[www.al.ce.gov.br/conselho/pactodasaguas](http://www.al.ce.gov.br/conselho/pactodasaguas)

[pactodasaguas@al.ce.gov.br](mailto:pactodasaguas@al.ce.gov.br)

### **QUESTÕES PARA DIRECIONAMENTO DAS APRESENTAÇÕES DA VISÃO INSTITUCIONAL SOBRE O CENÁRIO ATUAL DOS RECURSOS NO CEARÁ**

1. Qual o papel do comitê no Cenário Atual dos Recursos Hídricos?
  - a. O CBH intervém, atua, divulga, dentro dos interesses públicos, a gestão de recursos hídricos;
  - b. Acompanhar os diversos usos e o monitoramento dos nossos recursos hídricos,
  - c. Estabelecer uma articulação sistemática entre os CBH.
2. Quais os entraves que limitam o desempenho do comitê na gestão dos Recursos Hídricos?
  - a. Falta de reconhecimento, compromisso dos poderes públicos;
  - b. Baixa capacidade organizativa dos usuários e sociedade civil;
  - c. As deficiências e limitações dos órgãos de licenciamento e de fiscalização para encaminhar as deliberações do comitê e de intervenções de usos dentro da bacia;
  - d. Falta de recursos financeiros para deslocamento dos membros;
  - e. Fragilidade da divulgação do papel e da atuação do CBH.
3. Como comitê vê a articulação institucional no âmbito dos Recursos Hídricos?
  - a. Relação boa entre COGERH, SRH e Comitê,
  - b. Necessidade de aprimorar a relação do CBH com os órgãos ambientais, prefeituras, universidade, SAAE's, CAGECE e demais órgãos envolvidos.
4. Qual a análise que o comitê faz do funcionamento do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos?
  - a. O Sistema é participativo a partir do momento que abre espaço para o CBH até mesmo no processo de formação dos membros e autoritária no sentido que ele

é hegemônico na sua funcionalidade, isto é não permite que o CBH divida o poder no momento de intervir em ações na bacia.

5. Qual a visão do comitê do arcabouço jurídico do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos?
  - a. A nossa legislação é hegemônica, não permitindo a sociedade participar;
  - b. Não é democrática, no sentido em que os CBHs não interferem nas constituições das leis, na gestão da bacia, na funcionalidade do CONERH.
6. Quais os avanços que o comitê reconhece na gestão dos Recursos Hídricos?
  - a. O envolvimento de parte da sociedade nestas questões;
  - b. A existência dos Comitês de Bacia e do Grupo Articuladores.
7. Qual a visão do comitê em relação à "Água e Desenvolvimento"?
  - a. Assegurar o acesso a água e o meio ambiente equilibrado as futuras gerações;
  - b. A necessidade de realizar melhor aproveitamento da água disponíveis nos mananciais sejam artificiais ou naturais, de forma sustentável;
  - c. A política de investimento do Estado esteja alinhada com as necessidades regionais, em consonância com a política Recursos Hídricos.
8. Qual a visão do comitê em relação à "Água para Beber"?
  - a. Necessidade de ampliação das ações do PRODAM,
  - b. Investir nas pequenas adutoras, dessanilizadores com sistema de gestão, construção de cisternas de placas, construção de poços profundos com estudo geofísico para todas as comunidades difusas.
9. Qual a visão do comitê em relação à "Convivência com o Semi-árido"?
  - a. Precisa ter ações públicas como: práticas de conservação de solos, a revitalização dos rios, manejos florestais, dentro das recomendações técnicas, controle do uso dos agrotóxicos e o plano de controle da desertificação.
10. Neste cenário visualizado pelo comitê, quais os "grandes desafios" relacionados aos Recursos Hídricos do Estado?
  - a. Fazer o controle da desertificação,
  - b. Fazer a fiscalização do desmatamento criminoso,
  - c. Que a nova lei dos recursos hídricos seja feita com a participação da sociedade / comitê,
  - d. Implementação dos planos de bacia,
  - e. Aproveitamento dos reservatórios para o uso da piscicultura, pequenas irrigações e etc.
  - f. Intensificar ações de educação ambiental de um modo geral, abrangendo a sociedade como um todo;
  - g. Incrementar o conhecimento das águas subterrâneas, para aprimorar seu uso e gerenciamento;
  - h. Estabelecer um turismo racional relacionado a água e meio ambiente;

Após a finalização do Pacto das Águas, definiu-se os nomes de Benedito Lourenço (Fundação CIS) e Fco. Jáder (EMATERCE), como representantes do Comitê para

apresentar os resultados desse trabalho (em reunião, em Fortaleza, com data ainda não definida) e, posteriormente, abriu-se espaço para algumas discussões:

Benedito Lourenço (Fundação CIS) – solicitou que a Secretaria de Desenvolvimento Agrário seja convidada para apresentar o estabelecimento do programa de construção de cisternas na Bacia do Coreaú.

Daniel Moreira (SRH) – comentou a contribuição do CBH no Pacto das Águas, em virtude das informações que possui.

Ribamar (Associação dos Pescadores de Granja) – pergunta se o CBH tem força para intervir nos pedidos de outorga. Questiona se uma outorga solicitada, mas que vai de encontro ao interesse da comunidade, é avaliada pelo Comitê. Se ele pode intervir.

Benedito Lourenço (Fundação CIS) – responde afirmativamente, no entanto, informa que é a Secretaria de Recursos Hídricos a responsável pela concessão da outorga ao usuário. E o CBH, como colegiado, ente do Estado, para a gestão de recursos hídricos, pode questionar, avaliar e propor de uma forma diferente.

Francisco Félix (Assoc. Martinópole) – coloca que o Açude Tucunduba sangrou muito rápido em virtude o rompimento de uma barragem á sua montante e que, se nesse momento, o reservatório estivesse cheio, a sua parede teria sido “lavada”. Pede que o governo intervenha nessas ações, para que esse tipo de acontecimento venha a se concretizar.

Benedito Lourenço (Fundação CIS) – coloca que essa questão de infra-estrutura não compete diretamente ao Comitê, mas ele pode alertar e acompanhar a discussão de cada reservatório e das barragens em sua bacia. E enfatiza a participação nas reuniões de alocação negociada de água dos açudes isolados e a necessidade de que todas as obras hidráulicas a serem implementadas na bacia sejam discutidas previamente pelo CBH. Em virtude disse, destaca a necessidade de que haja uma boa articulação entre as instituições que estão presentes no grupo.

Em virtude da inclusão do PRODHAM como um programa a ser ampliado para a Bacia do Coreaú, foi proposto pelo Sérgio Fontenele (Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará) a apresentação desse programa em um outro encontro do grupo. A Secretaria Executiva pode buscar apoio junto a SRH para o atendimento desse pleito.

Rosemeire (SEMACE) – pede que não se responsabilize apenas a SEMACE pelas questões ambientais, pois o órgão tem suas limitações e os municípios são em parte responsáveis pelo licenciamento, já que é necessária uma carta de anuência da Prefeitura para que um empreendimento se estabeleça.

Benedito Lourenço (Fundação CIS) – questiona a plenária quanto a viabilidade e o interesse do CBH em promover, através de parceria da SEMACE – a ser estabelecida – os curso de multiplicadores de educação ambiental nos municípios da Bacia do Coreaú.

Foi votada e aceita pela plenária a proposta de formalizar uma parceria para o desenvolvimento desse curso na Bacia do Coreaú, conforme irá realizar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Acaraú.

Após o almoço, iniciou-se o debate acerca da Formalização das Comissões Gestoras.

Kamylle Prado (COGERH) – apresentou um histórico de trabalho com a comissão de usuários dos açudes e a metodologia, com o processo, de formalização e criação das Comissões Gestoras do Estado do Ceará. Destacou a resolução do CONERH que regulamenta o funcionamento destas e o repasse de sua criação, conforme entendimento de cada Comitê de Bacia, que verifique ser necessária ou não. Remete-se aos documentos já entregues aos membros do CBH, com o diagnóstico dos reservatórios da Bacia, a resolução do CONERH, o modelo de resolução do CBH-RMF. Nas suas palavras destaca a importância dessas comissões como entes locais, que auxiliam na gestão dos sistemas hídricos locais, por conhecerem e atuarem nessa realidade. E explica que não há uma sobreposição de suas funções sobre a dos Comitês, até porque são os Comitês que formarão e acompanharão o trabalho delas.

Comenta que uma das preocupações é relativa aos açudes federais, em virtude de terem sido criadas pelo DNOCS as Comissões dos açudes federais, mas que não são reconhecidas pelos Comitês e nem mesmo pela população local, próximas aos açudes isolados. Mas diz que essa questão deverá ser sanada, posto que o DNOCS atuará junto com o Comitê, na tentativa de se chegar a uma resultante eficiente.

Kleber (Câmara Municipal de Camocim) – questiona se essas comissões podem ser formadas para lagoas, lagos, posto que seu município não possui reservatórios artificiais, contudo há reservatórios naturais que precisam ser gerenciados, devido as demandas e problemáticas que os cercam.

Sérgio Fontenele (Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará) – entende a formalização das comissões gestoras como algo positivo e destaca uma experiência local, em Viçosa do Ceará, em que a criação de uma comissão possibilitou a solução de alguns conflitos.

Kamylle Prado (COGERH) – responde que podem e devem ser formadas comissões para reservatórios naturais, principalmente na bacia do Coreaú, que tem uma extensa faixa de litoral com essa característica. A água dos lagos e lagoas torna-se estratégica. Contudo, afirma que essa priorização se dará através do Comitê, que definirá que reservatórios serão trabalhados primeiro. E, que a COGERH disponibilizou informações dos açudes que ela gerencia, por entender que eles são essenciais ao desenvolvimento da região.

Apresentou o próximo passo que é a aprovação da resolução do CBH para formalização das Comissões Gestoras, pela plenária. Diz que não houve tempo hábil para que se fizesse uma discussão prévia da resolução, mas que seria utilizada como base a resolução do Comitê da Região Metropolitana de Fortaleza, a qual já foi distribuída em encontro anterior pela COGERH.

Benedito Lourenço (Fundação CIS) – diz que o CBH-Coreaú não criou uma resolução própria, mas que pode trabalhar a partir da resolução da Bacia Metropolitana de

Fortaleza, por ela ter características próximas a da região da Bacia do Coreaú, posto que contempla as regiões de serra, sertão e litoral.

João Lúcio (COGERH) – pergunta se a gerência não recebeu um modelo mais simplificado de resolução que foi trabalhado pela Gerência de Gestão da COGERH – Fortaleza. Segundo ele, é um modelo mais simples, posto que a resolução estabelecida pela Metropolitana traria questões a serem definidas no regimento interno da Comissão e que não seria necessário discorrer nesse momento.

Bartolomeu Almeida (COGERH) responde que não recebeu.

João Lúcio (COGERH) solicita que durante a análise e aprovação do documento, seja contemplado os dois órgãos, estadual e federal, DNOCS e COGERH, posto que o trabalho é conjunto e em alguns outros comitês ficou muito direcionado à COGERH, acarretando um mal estar com o DNOCS. E ainda, falou da necessidade de contemplar nesta resolução a adequação das comissões federais já formadas à resolução, posto que o DNOCS não vê coerência em não aproveitar o trabalho que já foi iniciado por ele, e refazer tudo do início. Portanto, as comissões federais apenas serão adequadas.

Informa que o recurso pra formação dessas comissões gestoras virão de duas fontes: PROGERIRH e Fonte 70.

Não tendo em mãos a resolução mais simplificada, o plenário seguiu com a análise da resolução modelo do CBH-RMF, obtendo o resultado abaixo, que foi aprovado:

**Resolução CBH-COREAÚ 01, de 13 de março de 2008.**

**O COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO COREAÚ**, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Nº 11.996, de 24 de julho de 1992, o Decreto Nº 26.462 de 13 de dezembro de 2001 e o Decreto Nº 26.902 de janeiro de 2003, e,

Considerando a relevância da institucionalização das Comissões Gestoras (CG) de Sistemas Hídricos que operam isolados, o CBH-COREAÚ, **ESTABELECE CRITÉRIOS DE FORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NAS COMISSÕES GESTORAS DOS SISTEMAS HÍDRICOS**, observando a Resolução 02 de 20 de novembro de 2007 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH).

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Criar Comissões Gestoras (CG) que operem isoladas na Bacia do Coreaú Metropolitanas, e que obedeçam aos seguintes critérios de priorização de criação:

I – Sistemas hídricos monitorados tecnicamente pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (COGERH) na Bacia do Coreaú e que já tenham Comissões Gestoras criadas informalmente. Vale ressaltar que essas Comissões Gestoras informais existentes, devem passar pelo processo eleitoral descrito no Art. 9º. desta Resolução.

II – Sistemas hídricos onde não haja nenhum trabalho de gestão com os usuários do sistema.

III – Sistema hídrico com poluição ambiental grave comprovada pelos técnicos da COGERH/DNOCS e demais órgãos ambientais em visita de campo. Considera-se poluição ambiental do sistema hídrico:  
§ 1º Níveis elevados de eutrofização, que é o fenômeno causado pelo excesso de nutrientes num corpo de água, o que leva a proliferação excessiva de algas que, ao entrarem em decomposição, levam ao aumento do número de microorganismos e à conseqüente deteriorização da qualidade do corpo de água.

§ 2º Desmatamento e uso da Área de Preservação Permanente (APPs).

§ 3º Efluentes domésticos e provenientes de atividades industriais, comerciais, culturais, recreativas e produtivas, no entorno do sistema hídrico sem saneamento.

§ 4º Resíduos sólidos de qualquer origem, sem destinação adequada.

§ 5º Empreendimento potencialmente poluidor, estabelecido nas proximidades do reservatório, e que comprovadamente vá comprometer a qualidade de água do reservatório.

IV – Sistema hídrico com muitos conflitos entre os usuários. Compreende-se por conflitos com usuários questões como: exploração da piscicultura e carcinicultura, pesca predatória, roubo de apetrechos dos pescadores, barramento sem licença ao longo do rio e usuários de montante sem querer liberar a água para usuários da jusante.

V - Sistema hídrico com múltiplos usos (abastecimento, irrigação, indústria, pesca, lazer).

**Art. 2º** COGERH/DNOCS deverá apresentar um diagnóstico da situação de cada reservatório monitorado por ele (a) na Bacia do Coreaú para que, a partir deste diagnóstico, o CBH-Coreaú, baseado nos critérios de priorização, identifique e aprove em plenário, a priorização de formalização das Comissões Gestoras.

**Art. 3º** As Comissões Gestoras serão compostas de no mínimo 10 (dez) e de no máximo 20 (vinte) integrantes, observados os seguintes percentuais de participação de cada segmento:

I – Usuários de água – 50%

II – Sociedade civil organizada – 30%

III – Poder Público – 20%

Parágrafo único – será mantida, quando possível, a equidade na composição, entre usuários representantes de montante e jusante do manancial a que pertence esta CG.

**Art. 4º.** As Comissões Gestoras já constituídas pelo DNOCS, deverão se adequar as determinações da resolução do CONERH (20 de novembro de 2007) e a essa resolução;

**Art. 5º.** As CG terão apoio logístico, técnico e financeiro da COGERH/DNOCS para realização de suas reuniões, através da Gerência Regional das Bacias do Acaraú e Coreaú / Diretorias Regionais do DNOCS na sua área de competência Institucional, observando as diretrizes orçamentárias anuais da COGERH/DNOCS.

**Art. 6º.** Os membros terão acesso às informações técnicas disponíveis e necessárias à tomada de decisão, relativas ao sistema hídrico.

**Art. 7º.** As reuniões da CG serão públicas, podendo participar qualquer pessoa física e/ou jurídica, sem direito a voto, com interesse na área de influência do sistema hídrico.

**Art.8.** As atas das reuniões deverão ser elaboradas e lidas no final de cada reunião para serem aprovadas e assinadas pelos membros presentes.

**Art. 9.** O processo eleitoral para escolha dos membros das CG seguirá as diretrizes do regimento interno do CBH-Coreaú.

**Art. 10.** – O desempenho da função de membro da CG não será remunerado, sendo, contudo, considerado como de serviço público relevante.

**Art. 11.** - O mandato dos membros da CG será de 2 (dois) anos, conforme está prescrito na Resolução 02 de 20 de novembro de 2007 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH).

**Art. 12.** – A CG eleita, ficará diretamente ligada a Diretoria do Comitê da Bacia Hidrográfica do Coreaú, a qual acompanhará as deliberações e o funcionamento de cada CG.

**Art. 13.** – As questões não contempladas nesta Resolução e/ou conflito de normas decorrentes da interpretação deste, serão dirimidas pela maioria simples dos membros do CBH-Coreaú.

Após a aprovação da resolução do CBH-Coreaú, foi feita a priorização de reservatórios para iniciar o trabalho de formalização dessas comissões.

Benedito Lourenço (Fundação CIS) – defende que o primeiro açude a ser constituída a Comissão Gestora seja o Angicos, em virtude de sua importância na região, já que pereniza um pequeno vale, sendo responsável pelo abastecimento de alguns municípios.

E pediu que em todos os reservatórios da bacia sejam feitas visitas técnicas, para realizar um diagnóstico destes, verificando *in loco* as suas problemáticas e peculiaridades. E que nesse processo participem os membros do CBH-Coreaú que atuem no reservatório em questão, os órgãos ambientais e as prefeituras.

A plenária votou e aprovou o Açude Angicos como o primeiro a sofrer o processo de formação das comissões gestoras e a realização do trabalho técnico de visitas aos reservatórios.

Sem mais, foi encerrada a reunião.

#### Deliberações:

- COGERH deverá fazer contato com a Dra. Raquel, convidando-a para proferir palestra sobre as consequências do uso dos agrotóxicos para a saúde humana, no Seminário sobre uso de Agrotóxicos, dia 06 de junho, em Coreaú;
- GOGERH deverá levar à COGERH/Fortaleza e/ou SRH a problemática do transporte como fator limitante à participação dos membros que não tem recurso;
- As 03 vagas do setor usuários, em substituição dos membros faltosos foram preenchidas pelas seguintes instituições: SISAR, FAEC e Associação Comunitária Força Unida do Panacuí, por votação.
- A vaga para o Poder público Municipal foi preenchida pela Câmara de Vereadores de Camocim;
- Na renovação da diretoria, a chapa única “Água, um bem para todos” foi eleita por aclamação.
- Enviar calendário das reuniões do CBH-Coreaú no ano de 2008, já agendadas, e os contatos atualizados de todos os membros (endereço, e-mail e telefone), para todos os membros.
- Definição do resultado final do diagnóstico da bacia e da gestão de águas no Ceará para o pacto das Águas;
- Aprovação da resolução para a formalização das comissões gestoras da bacia do Coreaú;
- Convidar a Secretaria de Desenvolvimento Agrário para apresentar o estabelecimento do programa de construção de cisternas na Bacia do Coreaú.
- Apresentação do PRODHAM – buscar apoio junto a SRH e COGERH
- Foi votada e aceita pela plenária a proposta de formalizar uma parceria para o desenvolvimento desse curso na Bacia do Coreaú, conforme irá realizar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Acaraú.
- A plenária votou e aprovou o Açude Angicos como o primeiro a sofrer o processo de formação das comissões gestoras e a realização do trabalho técnico de visitas aos reservatórios.

Membros que participaram da reunião:

SEMACE

DNOCS

SRH

EMATERCE

Câmara Municipal de Uruoca

Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará

Câmara Municipal de Frecheirinha

ADECUBA

Fundação CIS

SITIGRAN

STTR de Marco

Associação Comunitária 12 de outubro

Associação Comunitária São Fco. de Alcântara

STTR de Tianguá

AUDS

Assoc. Com. dos Usuários do Açude Martinópolis

Assoc. Com dos produtores do Angicos